

A ENTRADA DO DEUS JUDEO-CRISTÃO E A TRANSFIGURAÇÃO DA LINGUAGEM FILOSÓFICA NAS CONFISSÕES DE AGOSTINHO

Eduardo Alvim Passarella FREIRE, Mestre em Filosofia, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Assistente, revisor e membro do corpo editorial do periódico *Translatio*: associada ao Grupo de Trabalho (GT) História da Filosofia Medieval e Recepção da Filosofia Antiga. Bacharel em Direito pelo Instituto Vianna Júnior (FIVJ) e Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) MG.*

Resumo

O presente artigo procura investigar, sob uma perspectiva filosófico-teológica e hermenêutica, o fenômeno da entrada do Deus Judeo-Cristão como elemento estruturante da transfiguração da expressão na obra *Confessiones* de Agostinho de Hipona. A partir de uma análise filológica e fenomenológica do texto latino, busca-se compreender como a irrupção do nome divino – Deus como, o “Eu sou” – desestabiliza as categorias ordinárias da linguagem, deslocando o dizer agostiniano de um plano meramente narrativo para uma dimensão performativa, oracional e teofânica. Nesse sentido, a expressão, na esteira da tradição neoplatônica, não apenas remete, todavia se converte em mediação da presença: a voz que clama não apenas diz Deus, entretanto é dita por Ele. A expressão confessional, portanto, torna-se lugar de epifania do *Logos*, onde a interioridade do sujeito é atravessada por uma alteridade radical. O vigente trabalho dialoga com autores como Plotino, Orígenes, Heidegger e Marion, articulando a noção de palavra transfigurada como evento ontológico que excede o signo e transborda em oração. O artigo propõe, por fim, que as *Confissões* configuram um *locus* hermenêutico singular no qual a linguagem se redime ao reconhecer seus próprios limites diante do Inominável, permitindo que o nome de Deus Judeo-Cristão não seja apenas pronunciado, todavia acolhido como revelação que reconfigura o sujeito, o tempo e a própria *Escritura*.

Palavras-chave: Agostinho. Confissões. Linguagem. Hermenêutica.

Abstract

This article seeks to investigate, from a philosophical-theological and hermeneutical perspective, the phenomenon of the entry of Yahweh as a structuring element of the transfiguration of expression in the work *Confessiones* by Augustine of Hippo. Based on a philological and phenomenological analysis of the Latin text, we seek to understand how the irruption of the divine name – Yahweh, the “I am” – destabilizes the ordinary categories of language, shifting the Augustinian saying from a merely narrative plane to a performative, orational and theophanic dimension. In this sense, the expression, in the wake of the Neoplatonic tradition, not only refers to, but also becomes a mediation of presence: the voice that cries out not only says God, but is also said by Him. The confessional expression, therefore, becomes a place of epiphany of the *Logos*, where the interiority of the subject is traversed by a radical otherness. This work engages with authors such as Plotinus, Origen, Heidegger and Marion, articulating the notion of the transfigured word as an ontological event that exceeds the sign and overflows into prayer. Finally, the article proposes that the Confessions configure a singular hermeneutical locus in which language redeems itself by recognizing its own limits before the Unnamable, allowing the name of Yahweh to be

* E-mail: eduardopassarella1@gmail.com.

not only pronounced, but also welcomed as a revelation that reconfigures the subject, time and *Scripture* itself.

Keywords: Augustine. *Confessions*. Language. Hermeneutics.

Introdução

O presente artigo procura investigar, sob uma perspectiva filosófico-teológica e hermenêutica, o fenômeno da entrada do Deus Judeo-Cristão como elemento estruturante da transfiguração da expressão na obra *Confessiones* de Agostinho de Hipona. A partir de uma análise filológica e fenomenológica do texto latino, busca-se compreender como a irrupção do nome divino – Deus como, o “Eu sou” – desestabiliza as categorias ordinárias da linguagem, deslocando o dizer agostiniano de um plano meramente narrativo para uma dimensão performativa, oracional e teofânica. Nesse sentido, a expressão, na esteira da tradição neoplatônica, não apenas remete, todavia se converte em mediação da presença: a voz que clama não apenas diz Deus, entretanto é dita por Ele. A expressão confessional, portanto, torna-se lugar de epifania do Logos, onde a interioridade do sujeito é atravessada por uma alteridade radical. O vigente trabalho dialoga com autores como Plotino, Orígenes, Heidegger e Marion, articulando a noção de palavra transfigurada como evento ontológico que excede o signo e transborda em oração. O artigo propõe, por fim, que as *Confissões* configuram um locus hermenêutico singular no qual a linguagem se redime ao reconhecer seus próprios limites diante do Inominável, permitindo que o nome de Deus Judeo-Cristão não seja apenas pronunciado, todavia acolhido como revelação que reconfigura o sujeito, o tempo e a própria Escritura.

Retórica, filosofia e experiência bíblica nas *confissões*

A narrativa de Agostinho revela, desde as primeiras linhas das *Confessiones* (MAYER, 2010), um descompasso estrutural entre a vastidão do mistério divino e a capacidade enunciativa do humano. A linguagem, instrumento humano por excelência, é submetida ao juízo da insuficiência diante do inefável: “*Que lugar há em mim, para que o meu Deus venha para dentro de mim? Como Deus viria em mim, Deus que fez o céu e a terra?*” (Conf. I, II, 2, 2017, p. 38).

Neste trecho inaugural, Agostinho já enuncia o paradoxo de uma linguagem que tenta hospedar o Infinito. A sua pergunta não é meramente topológica, mas ontológico-linguística: se Deus é aquilo que excede toda localização, como se expressa Sua presença em linguagem?

A retórica agostiniana é inspirada de Herênio, presente na obra *Retórica a Herênio* (CÍCERO, 2024), durante longo tempo atribuída a Marco Túlio Cícero, configura-se como o mais antigo compêndio sistemático sobre a *Ars Rhetorica* redigido em latim, constituindo, assim, um marco inaugural na tradição ocidental desta disciplina. A retórica, entendida como um *corpus* de preceitos normativos e de técnicas orientadas à práxis discursiva, permaneceu como saber hegemônico e instrumento formativo da expressão pública até o advento da modernidade ilustrada, quando, sob o influxo das críticas iluministas e românticas, passa a ser desvalorizada enquanto construção artificial, sendo progressivamente suplantada pela concepção de uma expressividade imediata e autêntica, vinculada a uma subjetividade que se postula como fonte originária e quase transcendente do discurso.

Na sua estrutura clássica, tal como exposta na referida obra, a retórica distinguia os discursos conforme três gêneros fundamentais – o deliberativo (*genus deliberativum*), o epidítico ou demonstrativo (*genus demonstrativum*), e o judiciário (*genus iudiciale*) –, ao mesmo tempo em que codificava a práxis oratória segundo cinco operações essenciais: invenção (*inventio*), disposição (*dispositio*), elocução (*elocutio*), memória (*memoria*) e ação (*pronuntiatio*). Por meio deste aparato teórico-metodológico, a retórica não apenas sistematizava as fases constitutivas da produção discursiva, mas também recolhia e exemplificava modelos paradigmáticos que visavam ilustrar o seu uso virtuoso, instaurando, assim, uma tradição de ensino que perduraria, com variações, ao longo de séculos.

Como em Plotino, a alma deve superar o nível da expressão discursiva (*διάνοια*) para atingir a contemplação direta (*νόησις*). Para Agostinho, no entanto, esta transição não é apenas ascética, mas pneumatológica: é o Espírito que inaugura a possibilidade de uma fala transformada, já não funcional, mas adorante.

O que almejamos destacar nas *Confessiones* é uma mutação no modo da linguagem: o deslocamento do discurso – da descrição à invocação. Ela deixa de ser referencial, voltada à descrição do mundo, e passa a se constituir como invocação, oração, clamor. A palavra, em sua forma comum, serve à significação objetiva; transfigurada pela entrada de Deus Judeo-Cristão, ela se converte em palavra performativa – é dita **diante de Deus**, e não apenas sobre Deus: “Fizeste rumo a ti e nosso coração é inquieto, até repousar em ti” (AGOSTINHO, 2017, p. 37-38).

Esse célebre início do livro primeiro não é apenas uma máxima teológica, contudo, já performa a estrutura da confissão: uma fala voltada para o alto, cujo conteúdo se desfaz no ato de proferi-la. O coração inquieto é o lugar da linguagem fragmentada, enquanto o repouso em Deus é a condição para a transfiguração do verbo. Outrora, percebe-se que a confissão é o lugar

de uma **ontologia da linguagem ferida**: a palavra humana é marcada pela queda, pela divisão entre signo e sentido. Mas, ao ser proferida diante de Deus Judeu-cristão, ela é purificada e elevada, não mais como representação, mas como sacramento.

Há um deslocamento radical operado por Agostinho: a linguagem não é apenas um meio, entretanto torna-se lugar de manifestação teofânico. A *praesentia Dei*, presença de Deus, se concebe no coração do ser humano. Todavia, a presença divina se faz presente, igualmente na fala que se deixa transfigurar. Trata-se de uma experiência de *logos* que retorna ao seu princípio: não um discurso sobre Deus, outrora uma palavra onde Deus fala.

Nesse momento de alta intensidade mística, o *logos* divino penetra os sentidos de Agostinho. O clamor de Deus desfaz a surdez espiritual, e o brilho de sua voz dissipa a cegueira ontológica. Aqui a linguagem não é mais humana: ela foi atravessada pelo “clamor de Deus”, cuja fonética excede o som.

Trata-se de uma cena teofânica: o verbo de Deus não apenas se comunica, mas se impõe, quebrando as resistências do eu. A linguagem ordinária não suporta tal presença – é, portanto, transfigurada. A transfiguração como eucaristia verbal culmina numa eucaristia da linguagem: o verbo humano é oferecido em sacrifício e, pelo contato com a Palavra de Deus, torna-se palavra nova, redimida. A confissão agostiniana é, pois, também um rito linguístico, no qual o sujeito é decomposto e recomposto pela graça que afeta o *logos*: “*Tarde te amei, beleza tão antiga e tão nova, tarde te amei. Mas eis: estavas dentro e eu fora.*”¹ (*Conf. X, XXVII, 38*).

A obra as *Confissões* (AGOSTINHO, 2017), de Agostinho de Hipona, representa não apenas um marco na literatura autobiográfica e teológica, contudo um verdadeiro testemunho vívido da transformação linguística e expressiva ocasionada pela irrupção do Divino. Tornando-se assim, a eloquência da conversão: a linguagem regenerada pela presença Divina. A entrada de Deus na jornada intelectual e espiritual de Agostinho transfigura o seu modo de expressão, convertendo a eloquência clássica, herdada da sofística latina, em um discurso penitencial e contemplativo. O que antes era apenas um exercício retórico e racionalista se torna uma liturgia textual, uma oração entrelaçada com exegese e contrição.

¹ Cf. AGOSTINHO, 2017, p. 281. Texto Latino: *Sero te amavi, pulchritudo tam antiqua et tam nova, sero te amavi! Et ecce intus eras et ego foris et ibi te quaerebam et in ista formosa, quae fecisti, deformis irruebam.* Disponível em: <http://www.augustinus.it/latino/ritrattazioni/index2.htm>. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

Eloquência e transfiguração do discurso filosófico

Analisar como essa transformação se manifesta na tessitura do texto agostiniano, observando as inflexões do discurso em relação ao advento da verdade divina. Para tanto, examinaremos o impacto da presença do Divino sob três dimensões principais: a performatividade do arrependimento, a infusão da intertextualidade bíblica e a reconfiguração hermenêutica da própria experiência do autor.

A eloquência da conversão, no contexto agostiniano, deve ser compreendida como um movimento dialético entre a iluminação interior e a exteriorização dessa experiência transcendental. A linguagem regenerada pela presença divina não é apenas um meio de comunicação, outrossim, um espaço de encontro com o *Verbo Eterno*. Em sua confissão, Agostinho converte a palavra em um ato sacramental, onde cada sílaba reverbera como um eco da graça recebida. A retórica, que outrora servira à vaidade da argumentação mundana, torna-se um instrumento da verdade divina, um canal pelo qual o coração se derrama diante de Deus.

A regeneração linguística operada pela conversão se dá em dois níveis fundamentais: o epistemológico e o ontológico. No plano epistemológico, a linguagem regenerada deixa de ser um veículo de mera persuasão e passa a se constituir como um meio de revelação, no qual o discurso não apenas comunica, mas participa da verdade divina. Agostinho passa a compreender que as palavras, quando inspiradas pela graça, não apenas expressam um conceito, mas são portadoras da luz que ilumina a inteligência e ordena o coração. No plano ontológico, a transformação da linguagem corresponde a uma metamorfose do próprio ser do locutor. Convertido, o homem se torna um novo sujeito discursivo, e sua eloquência já não é fruto da astúcia retórica, mas um testemunho da ação divina em sua alma.

Essa metamorfose discursiva é marcada por um despojamento da ostentação oratória e pela adoção de um estilo marcado pela humildade e pela fervorosa busca da verdade. A linguagem agostiniana, ao ser regenerada pela presença divina, abandona a rigidez da gramática ciceroniana e assume a flexibilidade da oração, um entrelaçamento entre louvor, petição e autoexame.

Outrossim, a presença divina na linguagem agostiniana manifesta-se na incorporação de uma intertextualidade profunda com as *Escrituras*. As palavras humanas são moduladas pelo influxo do texto sagrado, evidenciando não apenas uma conversão de conteúdo, mas também uma transfiguração da própria estrutura expressiva. A oralidade interior de Agostinho, sua consciência interpelada por Deus Cristo, encontra na forma confessional um meio de traduzir o inefável, uma tentativa de articular o encontro com o Mistério. Busca-se analisar como essa

transformação se manifesta na tessitura do texto agostiniano, observando as inflexões do discurso em relação ao advento da verdade divina. Para tanto, examinaremos o impacto da presença de Deus Cristão sob três dimensões principais: a performatividade do arrependimento, a infusão da intertextualidade bíblica e a reconfiguração hermenêutica da própria experiência do autor.

A infusão da intertextualidade *Bíblica* é outro elemento-chave dessa transformação. Agostinho não apenas cita as *Escrituras Sagradas*, contudo as incorpora organicamente em seu pensamento e expressão, ressignificando sua experiência à luz da revelação. Os *Salmos*, em particular, tornam-se um modelo de sua nova eloquência, expressando tanto o júbilo da conversão quanto o temor da fragilidade humana diante da onipotência divina.

A linguagem regenerada pela presença Divina, portanto, não se limita a um refinamento estilístico ou a uma modulação retórica. Ela é, em sua essência, um testemunho da transformação do próprio ser humano diante do sagrado. O discurso agostiniano passa a ser permeado por uma musicalidade interior, uma sintonia entre a palavra humana e a Palavra Eterna, de modo que cada enunciado das *Confissões* se torna um hino de louvor, uma súplica de purificação e um reflexo da busca incessante pela verdade última. Assim, a eloquência da conversão não é apenas um fenômeno eloquente, mas um paradigma espiritual que redefine a relação entre linguagem, verdade e transcendência.

In fine, a reconfiguração hermenêutica da experiência reflete a mudança radical na maneira como Agostinho compreende sua própria peregrinação. A linguagem não é apenas um meio de registrar memórias, todavia uma ferramenta de interpretação existencial. O que antes era visto como acaso ou erro, passa a ser entendido como parte de um desígnio providencial, e a expressão verbal torna-se um veículo para reconstituir essa nova ordem do ser.

O arrependimento, na tradição cristã, não se reduz à introspecção subjetiva, não obstante, implica em uma mudança concreta de vida (*metanoia*) como uma verdadeira performatividade de arrependimento: da Retórica ao *Logos Sagrado*. Em Agostinho, essa transformação não ocorre independentemente da eloquência, está efetivando-se por meio da expressão que brota do coração, das palavras proclamadas e principalmente de *fenômenos abissais* que escapam da capacidade humana por meio do Discurso Apofântico aristotélico – Forma de exposição oral que se concentra na afirmação positiva ou negativa de uma proposição ou declaração por meio de verdadeiro ou falso. Na filosofia aristotélica, por meio da obra as *Categorias* sob o prisma da Retórica, abrange à prática da comunicação persuasiva eficazmente, a arte do bem falar.

O *Discurso Apofântico* é frequentemente mobilizado em relação à Lógica e à Linguagem para descrever um específico tipo de *Discurso Declarativo*. *Exempli gratia*: “A é B” ou “X é verdadeiro”, sem questionar ou especular sobre outras possibilidades. Perde-se, dessa maneira, a abertura para as múltiplas interpretações, significados, conceitos e sentimentos; mais do que frutíferas para a Filosofia. A modalidade discursiva em foco prioriza a assertividade ou negação de uma proposição, mediante a dicotomia entre verdadeiro ou falso, meramente.

Igualmente, é possível evocar a *teoria dos atos de fala* de J.L. Austin (1965), segundo a quais certos enunciados não apenas descrevem um estado de coisas, mas modificam a realidade. Quando Agostinho, em seu relato autobiográfico, confessa seus pecados e narra sua conversão, não se trata apenas de um testemunho retrospectivo, mas de uma atualização discursiva da graça. O ato de confessar é simultaneamente um reconhecimento de culpa e um veículo de redenção.

O estilo da obra reflete esse novo estatuto linguístico. Em lugar da cadência equilibrada da oratória ciceroniana, encontramos uma prosa mais fragmentada e vibrante, intercalada por exclamações, interpelações diretas a Deus e uma sintaxe que se estrutura mais como uma prece do que como um tratado. A entrada de Deus Judeu-cristão não apenas converte o conteúdo da mensagem, mas também revoluciona sua forma, tornando o próprio discurso um reflexo da vivência espiritual.

Na tradição retórica clássica, amplamente dominada por Agostinho antes de sua conversão, a retórica foi concebida como um instrumento de persuasão e domínio da palavra sobre a audiência. No entanto, ao integrar-se ao *Logos Sagrado*, a retórica se transmuta: a palavra já não busca a mera persuasão, mas se abre à iluminação da verdade divina. Em *A Doutrina Cristã* (2002), argumenta que a eloquência não é um fim em si mesma, mas um meio de expressar o inexprimível e guiar as almas à verdade.

No horizonte agostiniano, o *Verbum* não se limita à expressão oral ou ao som, no entanto, constitui um meio de atingir a *Verdade Última*. O vínculo entre palavra e verdade está intimamente ligado ao processo de conhecimento que, em Agostinho, é essencialmente um retorno à interioridade do sujeito. No momento em que a alma humana se volta para si mesma e começa a buscar a verdade, a voz divina, que emana do *Verbum* eterno, torna-se o caminho para essa descoberta.

Para o Hiponense, a verdade não é algo dado externamente, entretanto está profundamente enraizada na estrutura da alma humana. A alma, ao reconhecer a verdade, reconhece o *Verbum* como o princípio do ser. Em as *Confissões*, Agostinho descreve esse

movimento de busca pela verdade como um percurso de revelação, onde a voz de Deus, que fala em sua consciência, e é guia. Destarte, a verdade não é algo que se encontra externamente, mas sim na descoberta interior plena, uma iluminação da alma pela palavra divina. O *Verbum*, neste contexto, é a chave que desbloqueia as portas da verdade, um princípio que dá sentido à busca e orienta a alma para sua finalidade última, que é a união com Deus.

Ademais, Agostinho distingue, de modo seminal, dois níveis da palavra: o *verbum sonat*, a palavra pronunciada, e o *verbum cordis*, a palavra do coração ou da mente, silenciosa, anterior e mais verdadeira. Essa distinção aparece especialmente desenvolvida em *De Trinitate*, que nos possibilita entrever nas *Confissões*, particularmente nos Livros X e XI, onde a memória e o tempo são tematizados como espaços teológicos.

A estrutura do *Verbum* em Agostinho não é apenas uma questão de comunicação entre o divino e o humano, porém uma reflexão profunda sobre a natureza da verdade, da linguagem e da alma. Entre a voz humana, finita e falível, e o *Verbum* Divino, eterno e imutável, surge o campo da filosofia agostiniana, onde a busca pela verdade se dá através da meditação sobre as palavras, suas limitações e seus potenciais. Donde surge em contraposição ao Discurso Apofântico de Aristóteles. O Bispo de Hipona se posiciona, diametralmente, se posiciona em contraposição ao *Discurso Apofântico*, justamente, por este conter em si a incapacidade inexpressiva (limitação da linguagem) em proferir a potencialidade máxima dos *fenômenos imensuráveis* que transcendem os limites da mensuração declarativa-significativa do *verbum* humano.

No contexto agostiniano, o arrependimento performativo não se limita à dimensão linguística, contudo se expandiu na Ontologia do desejo. A *metanoia* implica uma reorientação da *vontade*, deslocando o amor das criaturas (*amor sui*) para o Criador (*amor Dei*). Esse movimento é evidenciado na famosa cena do jardim, onde, em um momento de angústia existencial, Agostinho escuta a voz infantil que lhe ordena: “*Tolle, lege!*” (*Pega, lê pega, lê*) (2017, p. 221). A percepção dessa voz, singular e inesperada, foi imediatamente interpretada por Agostinho como um chamado divino para a leitura da Bíblia. Ao olhar ao seu redor, seus olhos repousaram sobre os escritos do apóstolo Paulo: É a sua estrada de Damasco!

Essa conversão, tão profunda, como dissemos não se teve sem muita busca, muitas angústias, o levou às *Confissões*. O Princípio de Todas as Coisas, na tradição cristã, não se esgota na palavra escrita ou falada: Ele é, essencialmente, uma encarnação da palavra em Cristo. A performatividade do arrependimento, portanto, não é apenas discursiva, mas sacramental: consuma-se no Batismo, onde a confissão do pecado acompanha a regeneração da alma.

A experiência do arrependimento em Agostinho de Hipona transcende o mero aspecto psicológico da contrição para se constituir como um ato performativo, dotado de eficácia ontológica e discursiva. Tal performatividade se assenta na lógica entre a eloquência e o Deus, uma vez que, o próprio processo de conversão, narrado em suas *Confissões*, evidencia uma passagem do exercício da eloquência secular para uma entrega à verdade divina, mediada pela linguagem e pelo Verbo Encarnado.

A intertextualidade bíblica, na obra de Agostinho, se configura como uma dinâmica teológica profunda e essencial para o entendimento da relação entre as *Escrituras* e a manifestação do Verbo Encarnado, um encontro entre a Palavra e a Palavra Encarnada. Para o Bispo de Hipona, o encontro entre a Palavra e a Palavra Encarnada – o *Logos* Divino e o Cristo histórico – não é meramente um reflexo da revelação transcendental nas páginas sagradas, mas uma hermenêutica viva que transita entre o texto bíblico e o mistério da encarnação.

Um diverso elemento, mas fundamental para essa transformação expressiva é a infusão da intertextualidade bíblica na obra agostiniana. A entrada de Deus Judeo-Cristão na vida do autor coincide com a incorporação das *Escrituras* como matéria-prima de sua linguagem. As *Confissões* estão repletas de alusões, citações e reinterpretações de passagens bíblicas, especialmente os *Salmos*, que passam a estruturar a expressão de sua interioridade.

Em *Confissões*, Agostinho nos oferece uma imersão no diálogo entre as palavras escritas e a Palavra revelada. A intertextualidade, nesse sentido, não é apenas uma técnica literária, mas um princípio de leitura que exige a consciência de que o sentido pleno da *Escritura* só é revelado por meio do próprio Cristo, que é, simultaneamente, o autor e a meta da *Sagradas Escrituras*. O encontro entre a Palavra escrita e a Palavra Encarnada remonta ao princípio da criação, onde o *logos* – a Palavra divina – ordena o caos e, por meio de sua sabedoria eterna, estrutura a realidade. O *Texto Bíblico*, portanto, não é apenas uma coleção de relatos históricos ou morais, mas uma manifestação parcial da verdade divina que se completa na pessoa de Jesus Cristo.

A intertextualidade, para Agostinho, também transcende a simples relação entre o *Antigo* e o *Novo Testamento*. O próprio processo de leitura das *Escrituras*, como o filósofo e teólogo argui, deve ser mediado por uma compreensão cristológica. A Palavra escrita, seja em seus relatos históricos ou nos ensinamentos morais, encontra sua verdadeira significância quando vista à luz do Cristo crucificado e ressuscitado, que interpreta e ilumina as *Escrituras*. O texto, em sua materialidade, é iluminado pela revelação do *logos* encarnado, e é por meio desse encontro que a sabedoria divina se torna acessível ao ser humano.

Em um nível mais filosófico, Agostinho propõe que a leitura das *Santas Escrituras* não se dá apenas no plano da razão discursiva, porém em uma profunda busca existencial. O ato de

ler a *Bíblia* é, para Agostinho, uma conversão do ser, uma transformação do leitor à medida que ele se encontra com o mistério da Palavra Encarnada. Essa intertextualidade não se limita à relação textual entre versículos e passagens, mas implica uma vivência teológica que atravessa a história humana e a subjetividade do indivíduo. A verdade das *Escrituras*, mediada pela Palavra Encarnada, se revela não como um dado impessoal, porém como uma experiência de salvação pessoal, onde o próprio ser humano é chamado a integrar-se na Verdade Suprema?

A relação entre a Palavra e a Palavra Encarnada, concomitantemente, possui implicações epistemológicas cruciais na filosofia agostiniana. A leitura das *Escrituras* não é apenas um esforço interpretativo, mas um ato de fé e de amor, pois é através dessa disposição que o ser humano pode contemplar ao Divino de forma plena. O conhecimento bíblico, para Agostinho, não é meramente intelectual; ele exige uma conversão do coração, um movimento existencial que vai além da razão para alcançar a sabedoria divina. Esse conhecimento é imersivo, holístico e redentor, pois ele não apenas expõe a verdade, mas também transforma a pessoa que o recebe.

Além disso, a intertextualidade bíblica em Agostinho reflete uma tensão entre o tempo e a eternidade. A Palavra escrita remete à história, aos eventos do passado, enquanto a Palavra Encarnada se manifesta na temporalidade e, ao mesmo tempo, transcende o tempo, sendo sempre presente e eterna. O *logos* é o ponto de convergência entre o temporal e o eterno, entre o escrito e o encarnado, entre a história de Israel e a história do cristianismo. Assim sendo, a *Escritura*, quando lida à luz da encarnação, transcende a mera historicidade, tornando-se um caminho de união entre o ser humano e a eternidade de Deus.

Metanoia como reorientação da vontade

Em última análise, para Agostinho, a intertextualidade bíblica aponta para a transformação do leitor e a realização plena da verdade. A Palavra Escrita se revela à medida que se encontra com a Palavra Encarnada, e, dessa união, nasce a compreensão de um Deus que fala e se faz presente na história. A leitura da *Bíblia* é, portanto, um ato de encontro – não apenas intelectual, mas também espiritual e existencial – onde o ser humano se abre à Verdade Revelada, na esperança de alcançar, na união com o Cristo, a plenitude do conhecimento e da salvação. A Palavra Encarnada, vivido na carne de Cristo, é o ponto culminante das *Sagradas Escrituras* e o fim último da busca humana por sentido, verdade e redenção.

Esse fenômeno indica uma mudança epistemológica eloquente: a Palavra Revelada torna-se a medida de toda inteligibilidade, as linhas de Agostinho, em vez de buscar uma

expressão autônoma, insere-se na cadeia de enunciados da Tradição Sagrada. O Bispo de Hipona não apenas se converte o Altíssimo, todavia sua própria expressividade se converte em um instrumento da *Escritura*. A linguagem que antes era centrada no homem torna-se uma extensão do *Logos Divino*.

A experiência humana, para Agostinho de Hipona, não é simplesmente um acúmulo de eventos sensoriais, tampouco uma narrativa cronológica de acontecimentos externos; ela é antes uma tessitura complexa de interioridade e iluminação, atravessada por um processo contínuo de interpretação, revisão e reconciliação com a verdade. A reconfiguração hermenêutica da experiência, nesse sentido, emerge como um dos núcleos mais densos de sua filosofia, sobretudo na obra *Confissões*, em que a memória, o tempo e a conversão formam uma tríade ontológica e epistemológica que reorienta o modo como o sujeito se relaciona consigo, com o mundo e com Deus.

Ao empreender uma autobiografia não no registro da vaidade, mas da confissão, Agostinho inaugura uma hermenêutica do sujeito ancorada na escuta e no testemunho do transcendente. A experiência é, assim, reescrita não a partir de seus eventos brutos, mas por meio de sua significação retrospectiva, iluminada pela verdade revelada. A célebre busca por Deus – “*fecisti nos ad te et inquietum est cor nostrum donec requiescat in te.*”² (*Conf*, I, I, 1) – revela que a experiência só adquire inteligibilidade plena quando lida sob o signo da interioridade inquieta que se lança ao infinito. A hermenêutica da experiência não é, portanto, uma técnica de interpretação textual apenas, mas uma prática espiritual de aprofundamento do eu.

Neste itinerário, a memória (*memoria*), longe de ser mero repositório de fatos, torna-se o *locus* hermenêutico por excelência. Como o próprio Agostinho afirma no Livro X das *Confissões*, a memória é concebida como: “amplos palácios da memória” (2017, p. 262) (*magnum horreum*), onde os acontecimentos, mesmo os esquecidos, subsistem à espera de uma nova leitura – e está leitura, orientada pela graça, é capaz de reconduzir a experiência à sua verdade última. Trata-se, pois, de uma hermenêutica existencial, marcada por uma metanoia contínua, em que o tempo psicológico que perpassa a distinção da alma (*distensio animi*), isto é, distender-se, traduz-se em um contemplar o passado, presente e o futuro, criando a percepção do tempo.

² AGOSTINHO. *Confissões*. I, I, 1, 2017, p. 37-38. Texto latino: *Fecisti nos ad te et inquietum est cor nostrum, donec requiescat in te*. Disponível em: <http://www.augustinus.it/latino/ritrattazioni/index2.htm>. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

Há aqui um rompimento com a compreensão linear e positivista do tempo e da experiência. Em Agostinho, o tempo não é o *chronos*, todavia o *kairós*: não a sequência uniforme dos instantes, mas o tempo oportuno da conversão e da graça. Essa compreensão do tempo como distensão da alma reconfigura a experiência humana de maneira profunda. O passado é revivido pela memória, o presente é vivido com urgência existencial, e o futuro é desejado como plenitude. A experiência, nesse horizonte, é sempre fragmentária, no entanto, tende à totalidade, pois é constantemente reinterpretada à luz do Eterno.

Enfim, a entrada de Deus-Pai na narrativa das *Confissões* não se limita à transformação do estilo ou da intertextualidade; ela também redefine a própria compreensão de sua história pessoal. Agostinho relê seu passado à luz da providência divina, reinterpretando suas enranças como parte de um desígnio superior. Esse processo se manifesta em um discurso que não busca apenas recordar eventos, porém reconstruí-los hermeneuticamente dentro de uma nova ordem teológica.

Outrora, encontramos a chave para compreender a profundidade da transfiguração linguística operada pela entrada do Altíssimo Criador: não se trata apenas de um aperfeiçoamento do discurso, mas de sua subordinação a um novo paradigma de verdade. O tempo, a memória e a própria subjetividade são agora modulados por uma compreensão cristã e escatológica do destino humano.

A hermenêutica agostiniana não se contenta com a literalidade: a linguagem é para ele sempre uma mediação imperfeita entre o coração humano e o coração de Deus. Daí seu uso tão elaborado da metáfora, da antítese, da interrogação retórica – instrumentos de uma linguagem que se sabe limitada diante do Mistério. O silêncio, nessa vicissitude hermenêutica, não é a negação da palavra, mas sua superação por excesso de sentido. Quando a linguagem chega ao seu limite, o silêncio agostiniano emerge como forma mais elevada de compreensão – um silêncio contemplativo, adorante, transformador.

Este silêncio é hermenêutico no mais profundo dos sentidos: ele interpreta o mundo não pela proliferação de discursos, mas pela suspensão dos mesmos, permitindo que o *logos* – o Verbo Divino – seja reconhecido como anterior a toda linguagem humana. Em Agostinho, há uma pedagogia do silêncio que conduz à sabedoria: o silêncio é o solo onde germina a Palavra eterna. Trata-se, portanto, de uma **fenomenologia do recolhimento**, em que o sujeito, ao silenciar, descobre-se habitado por uma presença que o excede e o funda.

“E o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (*Jo 1:1-14*) (BÍBLIA Sagrada, São Paulo, 1988, p. 1154), e Agostinho concebe por meio da Encarnação a suprema pedagogia divina: Deus fala na história por meio da presença real de Cristo. O silêncio e a presença se reconciliam

no mistério Eucarístico, na oração, na meditação das *Escrituras*. O silêncio é a condição para acolher está presença que não se impõe, mas se oferece. Essa dimensão hermenêutica exige uma escuta purificada: a linguagem não é criação autônoma do sujeito, contudo resposta a um chamado. Deus Judeu-cristão, como a Palavra, precede toda palavra humana, e está só se torna autêntica quando se reconfigura segundo a Palavra eterna.

O silêncio, como acolhimento da Palavra, e a presença, como epifania silenciosa do divino, constituem os dois polos de uma mesma experiência de verdade. Na encruzilhada entre tempo e eternidade, entre linguagem e mistério, entre ausência e revelação, a alma agostiniana aprende a interpretar não apenas textos, mas a própria vida como **um drama litúrgico**, onde cada silêncio é preche de sentido e cada presença é uma interpelação ao amor.

As *Confissões*, obra inaugural da subjetividade humana ocidental e arquétipo da literatura espiritual cristã, a entrada de Deus-Pai – o Deus uno e transcendente das *Escrituras* – não se dá como mera tematização de um ente supremo, mas como epifania linguística, como presença que transfigura a própria tessitura da expressão. O que Agostinho oferece ao leitor não é apenas uma autobiografia, mas uma oração metamorfoseada em literatura, uma escrita onde Deus penetra a carne da linguagem e a redime da sua contingência.

Desde as primeiras linhas, o Bispo de Hipona convoca Deus Judeo-Cristão não como um objeto de análise, mas como o Tu absoluto, diante de quem toda linguagem se ajoelha: “*Fecisti nos ad te, et inquietum est cor nostrum donec requiescat in te*” – Fizeste-nos para Ti, e inquieto está o nosso coração enquanto não repousa em Ti – esta não é uma proposição teológica, entretanto uma súplica que inaugura uma nova forma de dizer: a linguagem do desejo absoluto. Para Agostinho, a palavra se despede da neutralidade filosófica herdada do estoicismo e do neoplatonismo e se converte em clamor, em gemido do espírito, em grito do inominável.

A entrada de Deus Judeo-Cristão nas *Confissões* se faz, portanto, como uma irrupção do transcendente no íntimo, como uma invasão da Palavra divina no âmago da consciência humana. O que se destaca não é apenas o conhecimento de Deus, todavia a conversão da linguagem a partir de Deus. Tal processo não é meramente semântico ou retórico: é uma metamorfose ontológica da expressão, que se vê convocada a dizer o indizível, a representar o absolutamente Outro sem profaná-lo.

A transfiguração da expressão em Agostinho é análoga à experiência mística, na medida em que a linguagem, ao se aproximar de Deus Judeo-Cristão, se decompõe e se refaz, como Moisés diante da sarça ardente. A narrativa de sua vida não é cronológica, mas hierofânica; o tempo é reordenado pela eternidade. A memória, a linguagem e a alma tornam-se lugares

teofânicos. A palavra, quando pronunciada diante do Sumo Bem, já não é mera representação: torna-se sacramento.

O próprio estilo das *Confissões* – entrelaçando exegese bíblica, solilóquio filosófico e cântico de louvor – revela essa transfiguração. A linguagem de Agostinho é ao mesmo tempo confissão de culpa e louvor, lamento e esperança, racionalidade e paixão. A entrada de Deus Judeo-Cristão exige essa duplicidade: o Deus de Israel, que falou por profetas e que se revelou na encarnação do Verbo, não se deixa capturar por categorias fixas. Ele é o "Eu sou" que desestabiliza toda pretensão de domínio do logos humano.

Assim, ao longo das *Confissões*, o verbo agostiniano não visa ao domínio da verdade, mas à sua hospitalidade. Outrossim, Cristo não é o término de uma investigação especulativa, mas o início de uma escuta amorosa. A palavra que se dirige a Deus se deixa moldar pela presença divina; é linguagem que se purifica no fogo do sagrado, que se submete ao crivo da humildade. Por isso, a transfiguração da expressão se dá também como aniquilação da arrogância retórica herdada da tradição clássica: Agostinho confessa não só seus pecados, mas também a soberba da eloquência mundana.

In fine, pode-se dizer que as *Confissões* representam um ponto de inflexão na história da linguagem religiosa e filosófica: a entrada do Divino é a entrada do infinito no finito da palavra, e a transfiguração da expressão é a condição da possibilidade de dizer o divino sem traí-lo. Agostinho, ao narrar-se diante de Deus, inaugura um espaço onde a linguagem se torna oração, onde o texto se converte em altar, e onde o Eu se dissolve na presença daquele que é mais íntimo a nós do que nós mesmos.

Aprofundar a análise hermenêutica da categoria do *Verbum* em as *Confissões* de Agostinho de Hipona implica transitar por um campo de tensões entre linguagem, interioridade e revelação. O *Verbum*, entendido não apenas como palavra proferida, mas como expressão ontológica da alma e, por analogia, reflexo do Verbo Divino (*Verbum Dei*), é um dos pilares da arquitetura teológica e filosófica agostiniana. Nesta perspectiva, a entrada de Deus Judeo-Cristão no texto confessional coincide com a revelação do *verbum cordis*, a palavra do coração, como espaço de epifania e como lugar hermenêutico da verdade.

No Livro XV do *De Trinitate*, Agostinho aprofunda esta analogia: assim como a mente humana concebe interiormente uma palavra antes de pronunciá-la, o Pai gera o Verbo – o Filho – de modo eterno e inteligível. Essa analogia trinitária fundamenta a hermenêutica do *Verbum* em as *Confissões*, onde o processo da memória, da linguagem e da verdade não é meramente psicológico, mas sim, teológico: a linguagem humana se estrutura à imagem da Trindade e só encontra sua plenitude quando retorna a essa fonte originária vívida.

Conclusão

Ao se dirigir a Deus Judeo-Cristão, Agostinho não o faz como um autor que manipula signos, mas como um homem que se deixa moldar pela Palavra. Essa relação é invertida: não se trata de nomear Deus segundo categorias humanas, mas de ser nomeado por Ele. Assim, a linguagem da confissão é transfigurada – ela deixa de ser apenas veículo de comunicação e torna-se meio de conversão. O verbo confessional, nesse sentido, é performativo: ao confessar, Agostinho é transmutado; ao nomear Deus, ele próprio é renomeado; e ao buscar compreender, compreende-se buscando.

Essa transfiguração da expressão ocorre na confluência entre o logos filosófico e o logos teológico. Se, para os filósofos antigos, a linguagem buscava refletir o cosmos, para Agostinho, a linguagem se reorienta em direção ao Criador do cosmos – um Deus que fala, que interpela e que se dá a conhecer na interioridade mais íntima do homem. Nesse sentido, as *Confissões* são a dramatização existencial da passagem do discurso auto-referente ao discurso teo-referente: a linguagem, ao ser atravessada pelo Nome de Deus-Pai, não mais se fecha sobre si, mas se curva, se abre, se oferece como sacrifício de louvor.

É também neste gesto que se manifesta a tensão mística e filosófica do texto agostiniano: a consciência de que todo dizer sobre Deus é, ao mesmo tempo, necessário e insuficiente. A linguagem é convocada a falar do Inefável, mas reconhece sua própria incapacidade. Dessa tensão brota uma nova estética da expressão, uma eloquência ferida pela transcendência, uma retórica que sabe que seu ápice é o silêncio adorante. Deus onipotente, enquanto nome e presença, desfaz a ilusão do domínio humano sobre o sentido e instaura uma nova ordem: a da palavra que nasce da escuta, a da voz que se forma na oração, a da razão que se ajoelha diante do Mistério.

A transfiguração da expressão, portanto, não se dá apenas na forma – na poesia do texto, no ritmo das cadências – mas sobretudo no fundo: é o próprio sujeito que se vê desfeito e refeito pela presença daquele que é. A palavra “Deus Judeo-Cristão”, em sua densidade bíblica e teológica, atua como matriz fundante de uma nova gramática espiritual, na qual o “eu” já não é senhor de si, mas criatura que se reconhece criada. Nesse gesto, Agostinho realiza uma virada decisiva na história da linguagem filosófico-religiosa do Ocidente: não mais o homem como medida de todas as coisas, mas Deus como medida do homem e do dizer.

Logo, as *Confissões* nos oferecem mais do que uma autobiografia espiritual: oferecem-nos um itinerário linguístico-teológico em que a linguagem se deixa transfigurar pelo Nome. A

entrada de Deus Judeo-Cristão não é um enfeite teológico ou uma imposição dogmática, mas o momento de virada em que a linguagem se converte em oração, a narrativa em liturgia, a subjetividade em abertura ao Infinito. Agostinho, ao confessar, realiza o mais alto exercício da linguagem humana: dizer a si mesmo diante de Deus e, ao fazê-lo, permitir que Deus diga nele o que o homem sozinho jamais poderia dizer.

A entrada de Deus Judeo-Cristão na vida de Agostinho de Hipona representa não apenas uma conversão espiritual, mas também uma revolução discursiva. Sua expressão se transforma de um discurso retórico e dialético em um ato de adoração e louvor, cuja materialidade textual se molda pela intertextualidade bíblica e pela hermenêutica da providência.

As *Confissões* são, assim, um documento singular dessa metamorfose, no qual a palavra humana, ao encontrar a Palavra Divina, abandona a vaidade da erudição pagã e se rende à grandeza do *Verbo Eterno*. A categoria do *verbum* em as *Confissões* não pode ser compreendida senão como expressão de um duplo movimento: ascendente, pela busca da alma que deseja falar de Deus; e descendente, pela graça do Verbo que se comunica ao homem. A entrada de Deus Judeu-cristão no texto é esse instante teopoiético em que a linguagem se converte em lugar de presença e o verbo humano se deixa moldar pela Palavra eterna. A hermenêutica agostiniana do *Verbum* é, portanto, um itinerário espiritual: da fala dispersa ao silêncio fecundo, da retórica à sabedoria, da eloquência ao Verbo.

A categoria do *Verbum* em Agostinho revela um modelo de linguagem profundamente enraizado na teologia e na espiritualidade as *Confissões*, a entrada de Deus transfigura o discurso, que passa de *logos* racional a *verbum* espiritual. A palavra humana só se torna plena quando retorna à sua origem trinitária, quando se faz resposta ao Verbo que a antecede. Trata-se, portanto, de uma hermenêutica da escuta, do louvor e da encarnação: a linguagem como sacramento da verdade.

Referências Bibliográficas

- AGOSTINHO. **A Doutrina Cristã: manual de exegese e formação cristã**. Trad. do original latino, cotejada com versões em francês e espanhol, e introdução Ir. Nair de Assis Oliveira, csa. 1ª ed. – São Paulo: Paulus, 2002 – (Patrística n. 17).
- AGOSTINHO. *Confissões*. Trad. de Maria Luíza da Costa e Silva. – São Paulo: Paulus, 1997.
- AGOSTINHO. **Confissões**. Trad. do latim e prefácio de Lorenzo Mammì. 1ª ed. – São Paulo: Pinguim Classics Companhia das Letras, 2017.
- AGOSTINHO. *De Trinitate*. Trad. de Luiz Jean Lauand. – São Paulo: Paulus, 2015.
- AUSTIN, John L. **How to do Things with words**. New York: Oxford University Press, 1965.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Trad. Vulgata, Pe. Matos Soares. 45ª ed. – São Paulo: Paulinas, 1988.

CÍCERO. **Retórica a Herênio**. Introdução, Tradução e notas Adriana Seabra e Ana Paula Celestino Faria. 1ª ed. – São Paulo Editora Mnēma, 2024.

GILSON, Étienne. *Introdução ao Estudo de Santo Agostinho*. – São Paulo: Paulus, 2000.

MARROU, Henri-Irénée. *Saint Augustin et la fin de la culture antique*. – Paris: E. De Boccard, 1949.

MAYER, Cornelius (org.). “Werkeliste AL3”. In: *Idem. Augustinus-Lexikon*. Basel, Schwabe & Co. AG, 2004-2010.

O'DONNELL, James J. *Augustine: A New Biography*. – New York: HarperCollins, 2005.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. – Campinas: Ed. Unicamp, 2007.